

ATA NÚMERO UM

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE FORNOS DE ALGODRES REALIZADA NO DIA 09 DE JANEIRO DE 2025

Aos nove dias do mês de janeiro do ano dois mil e vinte e cinco, nesta vila de Fornos de Algodres, no edifício dos Paços do Concelho e na sala de reuniões para o efeito destinada, reuniu a Câmara Municipal de Fornos de Algodres com as presenças de: António Manuel Pina Fonseca, que presidiu, Alexandre Filipe Fernandes Lote, Maria Luísa Dias Gomes, Maria Joaquina Santos Fernandes Domingues e Cristina Maria Campos Guerra, Vereadores. -----

Secretariou a reunião Célia Maria Candeias Ferreira, Técnica Superior. -----

Verificada a existência de quórum conforme o disposto no artigo 54.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, deu-se início aos trabalhos pelas nove horas e trinta minutos. -----

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA -----

O senhor Presidente cumprimentou todos os presentes e começou por referir que no dia 06 de janeiro tinha sido assinado o Auto de Consignação da obra de requalificação do Bairro do Ténis por forma a que se avance rapidamente com a reconstrução e reparação dos apartamentos, o que garantirá a melhoria da qualidade de vida dos seus habitantes. -----

O Senhor Vereador Alexandre Lote usou da palavra cumprimentando todos os presentes e no seguimento do proferido pelo Senhor Presidente relativamente à obra de requalificação do Bairro do Ténis, acrescentou que a intervenção que irá ser levada a efeito será uma intervenção completa, contrariamente ao que inicialmente estava previsto, em que se consideraram duas fases de requalificação. Neste contexto mais referiu o Senhor Vereador Alexandre Lote que se irá proceder no imediato, tanto à reabilitação dos apartamentos que se encontram inacabados, como à construção dos novos, que se encontram localizados no lado de baixo, junto às estruturas que se assemelham a umas garagens, estruturas essas que terão de ser desocupadas, uma vez que, por uma questão de segurança da obra em causa, a respetiva área terá de ser vedada. -----

Para terminar o Senhor Vereador Alexandre Lote referiu ainda que se trata de um Projeto deveras importante para o concelho de Fornos de Algodres e que virá dar resposta a uma necessidade que se encontra bem plasmada na Estratégia Local de Habitação. -----

A Senhora Vereadora Joaquina Domingues cumprimentou todos os presentes referindo que gostaria de abordar três assuntos e, em primeiro lugar, começou por solicitar uma explicação relativamente à manutenção da realização da Feira Municipal, no exterior do recinto da mesma, inaugurada já há alguns meses, pois na sua opinião, sujeitar os feirantes e os fregueses ao frio e às más condições no exterior do recinto, é propiciar o contínuo desincentivo à prática de tão ancestral realização da Feira quinzenal. -----

A Senhora Vereadora Joaquina Domingues prosseguiu a sua intervenção reportando algo para o qual várias pessoas a têm advertido, que se prende com o facto de o espaço coberto do Mercado Municipal ser pouco acolhedor em dias de frio e, com certeza, será imensamente quente no verão, o que indica que falta acautelar a colocação de aquecimento ou de ar condicionado no referido local. -----

A Senhora Vereadora Joaquina Domingues salientou também a situação reportada em Assembleia Municipal e que merece especial atenção e que está relacionada com a Escola do 1º Ciclo de Figueiró da Granja. Neste contexto a Senhora Vereadora Joaquina Domingues referiu que, tendo a obra sido concluída há tão pouco tempo, não é de todo aceitável o não funcionamento do aquecimento e, neste sentido, questionou se aquando do recebimento da obra em questão, foi devidamente verificado se o referido aquecimento funcionava, ou não, e mais referiu que também lhe havia sido reportado que, ao tentarem ligar mais do que um aquecedor elétrico, o quadro elétrico não suporta tal potência e dispara automaticamente. Neste contexto, e uma vez que o aquecimento da escola não funciona, a Senhora Vereadora Joaquina Domingues sublinhou que deveria ter sido acautelado o reforço da potência do quadro, por forma a garantir a utilização de aquecedores elétricos, no sentido de se dar o devido conforto às crianças, durante o inverno. -----

Em terceiro lugar a Senhora Vereadora Joaquina Domingues manifestou o seu repúdio por duas atitudes do Senhor Presidente, em Assembleia Municipal, tendo procedido à seguinte declaração: -----

----- Declaração -----

“- Afirmar o que afirmou relativamente ao sentido de voto por mim efetuado relativamente à Creche de Infias é de facto surreal; -----

*- Afirmar que o que é factual é o sentido de voto contra, é desrespeitar a oposição, recusar-lhe o direito de manifestação de opinião e recusar-lhe o direito ao exercício da apreciação, análise e crítica a que têm direito. ---
Em Reunião de Câmara, propõem-se assuntos a fim de serem rolados na Ordem de trabalho, analisam-se, discutem-se e votam-se. Não importa apenas e só o sentido da votação, mas sim e mais importante as razões e os fundamentos dos mesmos. -----*

Senhor Presidente, se bem fundamentada a necessidade de mais creches no concelho, traga-as a votação, mas bem fundamentadas porque o que o Executivo não fundamentou corretamente nesta, foi a escolha da localização e por isso lhe dei como sugestão o recurso à conhecida Casa do Povo, pertença atual do Município. -----

O Senhor Presidente não informou os presentes na Assembleia de que o meu voto foi apenas e só pela localização e pelo não reconhecimento da criação de um Protocolo entre a Câmara Municipal, a Junta de Freguesia de Infias, a Santa Casa da Misericórdia de Fornos de Algodres e a Associação Desportiva. Se a obra vai ser executada pela Câmara, através de um Projeto participado a 90/100%, qual a necessidade de um Protocolo? Só vejo uma: Manutenção e aumento de Medidas de emprego com as quais só sou favorável quando beneficiam provisoriamente alguma necessidade dos nossos Cidadãos, no entanto, não as aceito como recurso constante e de longa duração, recorrendo-se a diferentes Associações ou Instituições para a mesma pessoa desempenhar o mesmo serviço. -----

A segunda atitude que merece o meu repúdio por ser desrespeitosa, humilhante e de má educação foi verificar que o Senhor Presidente, em plena Assembleia, convidou um Deputado a ler e a estudar mais e, não ficando satisfeito, disse-lhe que era incompetente. Na verdade, em Política não vale tudo e quero crer que a honestidade intelectual herdada pelo Senhor Presidente, naquele momento foi superada por algum fanatismo partidário e falta de humildade que carece de um pedido de desculpa ao referido Deputado, Rui Furtado.” -----

No seguimento do explanado pela Senhora Vereadora Joaquina Domingues, o Senhor Vereador Alexandre Lote usou da palavra e começou por referir que, no que concerne à questão da Feira quinzenal, e desde que o Mercado Municipal foi inaugurado, se tem vindo a elaborar um trabalho minucioso com os respetivos feirantes por forma a auscultar quais as necessidades de cada um e como é que se poderia adaptar o espaço, de modo que todos os feirantes que laboram o ano inteiro, uma vez que há alguns que apenas estão na feira sazonalmente, pudessem ficar situados dentro da parte coberta do Mercado Municipal, espaço esse que é denominado de “arena”. -----
O Senhor Vereador Alexandre Lote prosseguiu a sua intervenção referiu também que este facto obrigou a que os Serviços Externos da Câmara Municipal de Fornos de Algodres tivessem de ter acompanhado o funcionamento da feira para se tentar perceber que dificuldades poderiam surgir no terreno e, neste contexto, agradeceu aos Serviços Externos, na pessoa do Eng.º Paulo e nomeadamente ao Senhor José Eduardo que, no decorrer de várias feiras, foi aferindo das necessidades dos feirantes.-----

Ainda relativamente a esta temática o Senhor Vereador Alexandre Lote informou que o referido acompanhamento foi deveras importante, uma vez que havia uma série de questões que se deveriam salvaguardar, nomeadamente o não se pretender que se façam furos no pavimento, tal como se fazia anteriormente, não se pretender que as lojas fiquem ocupadas durante 15 dias, tal como acontecia anteriormente, uma vez que quando se pretendia realizar um evento tinha de se pedir aos feirantes para desocuparem as lojas e, neste sentido, surgiu a necessidade de se conjugar todos estes fatores, de maneira a não criar entropia e má relação com os mesmos, pois afinal de contas, os feirantes, juntamente com os compradores, são as peças-chave para que a Feira quinzenal se continue a realizar. -----

O Senhor Vereador Alexandre Lote referiu também que quando se começou a verificar estabilidade no Processo em causa, realizou-se uma reunião com todos os feirantes para se lhes explicar como é que a Feira quinzenal irá funcionar já a partir da próxima Feira e, foi com particular agrado, que se verificou que todo o trabalho efetuado inerente à organização do espaço, foi surpreendentemente bem acolhido por todos eles, o que significa que se procedeu a um excelente trabalho. O Senhor Vereador Alexandre Lote prosseguiu a sua intervenção referindo que os feirantes, a partir da próxima feira, já irão estar na arena e que tudo irá correr da melhor forma, uma vez que o Processo foi bem delineado, tendo em conta a participação e opinião de todos os feirantes, e em que a Câmara Municipal, cumprindo todos os seus objetivos, conseguirá adaptar-se a todas as dificuldades identificadas pelos mesmos. -----

O Senhor Vereador Alexandre Lote informou também que os feirantes só começarão a pagar a partir de fevereiro e que felizmente se chegou a um bom consenso pois o processo nem sempre é muito linear, uma vez que cada

um deles tem as suas necessidades específicas, nomeadamente o facto de uns pretenderem ter viatura e outros não, uns pretendem ter banca e outros não, uns pretendem ter varões para expor a roupa e outros não, ou seja, há uma série de nuances que tiveram de ser devidamente acauteladas, em função das necessidades de cada feirante. -----

Ainda relativamente a esta temática, o Senhor Vereador Alexandre Lote endereçou um agradecimento especial ao Senhor Nelson Almeida, uma vez que, apesar de se encontrar reformado, o Município de Fornos de Algodres lhe solicitou ajuda, atendendo à sua vasta experiência e excelente relacionamento com os feirantes, no sentido de prestar apoio no desenho da solução final e, de facto, revelou-se uma mais-valia extraordinária na construção de todo o processo. -----

Relativamente à questão da falta de aquecimento no espaço coberto do Mercado Municipal, o Senhor Vereador Alexandre Lote referiu que se o mesmo tivesse sido acautelado na obra de requalificação, obviamente que os custos seriam incomportáveis para o Município de Fornos de Algodres, até porque, até mesmo em termos de segurança e prevenção de incêndios, obrigaria a outro tipo de medidas, pois o Projeto apresentado visa um espaço maioritariamente aberto, sem se poder torná-lo estanque, devido às obrigações legais inerentes à estanquidade de edifícios e aquecimento dos mesmos. -----

Neste contexto o Senhor Vereador Alexandre Lote informou que o Município de Fornos de Algodres terá de encontrar outro tipo de soluções que garantam o devido conforto, sendo que há a expectativa de durante o corrente ano se contratualizar a aquisição de duas cortinas que permitam dividir o espaço, tornando-o mais reduto e acolhedor e ter-se-á de recorrer sempre a meios de aquecimento móveis, eventualmente com reforço de equipamentos por parte do Município de Fornos de Algodres. Mais referiu o Senhor Vereador Alexandre Lote que já se esperava que este problema iria surgir, mas, e ainda assim, está bem melhor e nem se poderá comparar com as condições anteriores, sendo que já lá foram feitas várias atividades e, na verdade, consegue-se estar tranquilamente, sem qualquer tipo de problema. Ainda relativamente a esta temática o Senhor Vereador Alexandre Lote acrescentou que é compreensível que se continue a tentar encontrar o maior número de defeitos possível, no projeto, para se ir ao encontro daquela que foi a posição do PSD ao longo do tempo, em que se chegou mesmo a considerar a obra como sendo um elefante branco no meio da vila de Fornos de Algodres, contrariamente ao que, felizmente, a Comunidade Fornense e até a Comunidade Nacional, consideram. -----

No que concerne à questão da Escola do 1º Ciclo de Figueiró da Granja, o Senhor Vereador Alexandre Lote referiu que se verificou de facto um problema no dimensionamento da caldeira de aquecimento, tendo-se já resolvido o assunto e estando o equipamento a cumprir, na íntegra, as suas funções. Neste contexto mais referiu o Senhor Vereador Alexandre Lote que no dia anterior tinha tido uma reunião com o Senhor Diretor do Agrupamento de Escolas de Fornos de Algodres, a fim de se verificar o ponto de situação da Escola do 1º Ciclo de Figueiró da Granja, sendo que, no presente momento, a situação está devidamente resolvida, o dimensionamento da caldeira já é o correto e não se verifica qualquer tipo de problema. -----

O Senhor Vereador Alexandre Lote prosseguiu a sua intervenção e referiu que, como é evidente, não se está habituado a que com um simples radiador se possa aquecer o espaço em questão, mas também não se estava

habitado a ter a caixilharia que se tem atualmente e o nível de intervenção que se levou a efeito a nível das paredes, que garante que o conforto térmico exista na sala de aula. Mais referiu o Senhor Vereador Alexandre Lote que quando se pretende aquecer uma sala, não se deverá ter em conta apenas a fonte de aquecimento, sendo que o mais importante é de facto o próprio isolamento e, neste contexto, houve alguns pais que se tinham queixado, e bem, da falta de aquecimento e que recentemente reportaram que atualmente as crianças já têm as devidas condições térmicas na Escola do 1º Ciclo de Figueiró da Granja, sendo que as crianças até andam sem camisolas muito quentes. -----

Relativamente à questão da Creche de Infias, o Senhor Vereador Alexandre Lote referiu que, na sua opinião, é bem claro que a Senhora Vereadora Joaquina Domingues votou contra atendendo à localização da mesma, sendo que na altura lhe foi devidamente explicado que a solução da Casa do Povo não poderia ser considerada, na altura da candidatura, uma vez que o edifício não era propriedade do Município de Fornos de Algodres. Neste contexto, o Senhor Vereador Alexandre Lote salientou que foi feito um trabalho árduo, por parte do Senhor Presidente, no sentido de passar a titularidade da Casa do Povo para o Município de Fornos de Algodres e, como tal, não vale a pena continuar a insistir no mesmo erro. Ainda relativamente a esta temática, o Senhor Vereador Alexandre Lote acrescentou que também foi devidamente explicado na altura que a necessidade da existência de Protocolo com Instituições, resultava da própria candidatura, em que foi exigido que o Município de Fornos de Algodres não poderia apresentar a mesma, se não houvesse lugar à identificação de parcerias com IPSS para garantir o funcionamento da creche.-----

O Senhor Presidente usou da palavra e começou por referir que relativamente à Feira quinzenal foi feito um trabalho muito importante com os respetivos feirantes no sentido de auscultar o que era pretendido, sendo que, tal como o Senhor Vereador Alexandre Lote havia referido, se verificaram algumas dificuldades, dificuldades essas que foram ultrapassadas pelos Serviços da Câmara Municipal, em conjunto com os feirantes e, neste contexto, sublinhou que, não só por uma questão de amizade pessoal, mas, e acima de tudo pelo profissionalismo, apesar de se encontrar reformado, não poderia deixar de agradecer ao Senhor Nelson Almeida o papel fundamental que desempenhou no Processo, uma vez que trabalhou muitos anos com os feirantes e, como tal, conhece perfeitamente quais são as suas ambições, quais são os problemas, quais são as virtudes e quais os defeitos de cada um deles. Mais acrescentou o Senhor Presidente que o Senhor Nelson Almeida teve um papel preponderante para se chegar a bom termo com os feirantes, tal como se verificou na reunião em que todos eles estiveram presentes, por forma a que na próxima feira já todos possam trabalhar no espaço que foi criado. -----

No que diz respeito à questão do pavilhão do Mercado Municipal, o Senhor Presidente referiu que, tal como o Senhor Vereador Alexandre Lote havia referido, a candidatura foi elaborada em determinados termos, havendo, no entanto, formas de minorar e resolver as situações que possam ocorrer nos eventos em que esteja mais frio e, a título de exemplo, referiu o polivalente de Trancoso, que se trata de um espaço até mais fechado do que o de Fornos de Algodres e, no entanto, nas feiras de inverno, verifica-se que não é de todo agradável, em termos de temperatura ambiente -----

No que diz respeito à Escola do 1º Ciclo de Figueiró da Granja, o Senhor Presidente referiu que a situação está devidamente resolvida, sendo que o Processo tem sido sempre devidamente acompanhado e, inclusivamente a Senhora Vereadora Luísa Gomes falou com os funcionários da própria escola e com o Agrupamento de Escolas de Fornos de Algodres, no sentido de saber se estava tudo devidamente acatado. Para além disso, mais referiu o Senhor Presidente que no dia anterior o Senhor Vereador Alexandre Lote tinha tido uma reunião com a Direção do Agrupamento de Escolas de Fornos de Algodres, que confirmou que a situação já havia sido resolvida. -----

O Senhor Presidente prosseguiu a sua intervenção e no que concerne à Creche de Infias informou que não pretendia pronunciar-se mais, uma vez que o assunto já está plasmado em ata e, como tal, não entrará mais em discussão, sendo que o que é importante é que a Creche se construa no concelho de Fornos de Algodres, em virtude de haver cada vez mais crianças. -----

Relativamente à questão da Assembleia Municipal o Senhor Presidente referiu que a Declaração da Senhora Vereadora Joaquina Domingues irá ser devidamente plasmada em ata e, mais referiu, que não pretende formular nenhum pedido de desculpa ao Senhor Deputado Rui Furtado, nem haverá nenhum membro da Assembleia que lhe dará lições relativas a falta de educação ou desonestidade. O Senhor Presidente prosseguiu a sua intervenção e mais referiu que o Senhor Deputado Rui Furtado faz uma política que não se deve fazer, em que se dizem inverdades e mentiras em Assembleia Municipal e, quando tal acontece, naturalmente que o Senhor Presidente reage e irá continuar a reagir, enquanto se encontrar em funções na Câmara Municipal de Fornos de Algodres. Ainda relativamente a esta temática, o Senhor Presidente mais referiu que já teve conhecimento do e-mail que o Senhor Deputado Rui Furtado dirigiu à Assembleia Municipal e mais informou que o mesmo poderá ficar a aguardar, uma vez que o Senhor Presidente da Câmara não lhe irá endereçar nenhum pedido de desculpa nem se retrata no conteúdo do e-mail, uma vez que, na sua opinião, na Sessão da Assembleia Municipal não se verificou nenhum ataque à honra do Senhor Deputado Rui Furtado, até porque se tal se tivesse realmente verificado, ele teria pedido de imediato para se manifestar, em defesa da honra.-----

Ainda relativamente à questão do pavilhão do Mercado Municipal e, na sequência do proferido pelo Senhor Vereador Alexandre Lote, o Senhor Presidente salientou que, ainda a Senhora Vereadora Joaquina Domingues não era Vereadora, desde a primeira hora em que se entendeu elaborar uma candidatura para resolver a questão do Mercado Municipal, no sentido de se construir um pavilhão condigno, onde se pudessem realizar as feiras e eventos, o PSD sempre foi contra, argumentando que se tratava de um elefante branco e que se andava a desbaratar dinheiro. Ainda relativamente a este assunto, o Senhor Presidente sublinhou que atualmente e, passado todo este tempo, e com o êxito que foi a construção daquele espaço, naturalmente tem de haver, por parte do PSD, este tipo de críticas por forma a minorar a grandiosa obra que foi feita no Mercado Municipal, embora também saiba que a Senhora Vereadora Joaquina Domingues não comunga da mesma opinião, até porque em reunião de Câmara manifestou o seu agrado e congratulou a Câmara Municipal pela decisão da construção do pavilhão no Mercado Municipal. Mais acrescentou o Senhor Presidente que é natural que as críticas continuem até porque se está em ano de eleições e tudo o que de bom é feito, terá de ser bastante criticado e, neste sentido, mais referiu que quando se der início à obra do Bairro do Ténis, decerto que a mesma também será alvo de

críticas, ou porque a vedação irá pôr em causa a entrada e saída dos residentes ou, algo do género, que venha desdenhar a obra. No entanto, o Senhor Presidente sublinhou que o mais importante é que se irá resolver um problema que existe há mais de quinze anos e que se sente bastante tranquilo, não só pelo que se passou na Sessão de Assembleia Municipal, como também relativamente a todas as situações inerentes à construção do pavilhão do Mercado Municipal, como em relação à requalificação do Bairro do Ténis. -----

A Senhora Vereadora Joaquina Domingues usou da palavra agradecendo os esclarecimentos prestados e manifestou o seu agrado e contentamento pela solução já devidamente encontrada relativamente à Escola do 1º Ciclo de Figueiró da Granja, que era de facto uma preocupação, não só pessoal, como também em nome de todas as crianças e dos respetivos pais. Mais referiu a Senhora Vereadora Joaquina Domingues que foi também com muito agrado que soube que a situação dos feirantes já está devidamente acautelada, em virtude de ser, não só uma preocupação pessoal, como também uma preocupação manifestada pela população Fornense. -----

A Senhora Vereadora Joaquina Domingues prosseguiu a sua intervenção e relativamente à questão do aquecimento no pavilhão do Mercado Municipal sublinhou que a advertência não foi feita pelas pessoas do PSD, que eventualmente pretendessem apresentar uma contrariedade relativamente ao edifício, mas sim pelo facto de ter sido constatado por várias pessoas que, nas diversas vezes em que houve eventos no referido pavilhão, se fez sentir muito frio, situação essa que a própria Senhora Vereadora Joaquina Domingues também presenciou in loco e foi neste sentido que questionou se não haveria uma solução para colmatar essa dificuldade que irá surgir durante os invernos frios que ocorrem e também durante os verões quentes que se costumam fazer sentir. Mais referiu a Senhora Vereadora Joaquina Domingues que tais advertências não deverão ser consideradas como uma tomada de posição contra a construção do edifício, mas sim e apenas como um alerta para uma melhoria de condições de algo que foi construído recentemente. -----

Na sequência da intervenção da Senhora Vereadora Joaquina Domingues, o Senhor Vereador Alexandre Lote usou da palavra e salientou que, se há coisa em que o equipamento em causa se destaca, é de facto na capacidade que detém de, em dias de muito calor, se fazer sentir bastante fresco no interior do mesmo, sendo que já se teve prova viva de tal facto, uma vez que o equipamento foi inaugurado nas Festas em Honra a Nossa Senhora da Graça, em pleno agosto, e ao passar-se do exterior para o interior do mesmo, nota-se de facto uma significativa diferença de temperatura. -----

Relativamente aos períodos em que se faz sentir muito frio, o Senhor Vereador Alexandre Lote referiu que de facto o equipamento terá de ser sujeito a algumas melhorias estruturais, nomeadamente a colocação de umas cortinas por forma a evitar que se tenha de aquecer um espaço tão grande, reduzindo-se assim o tamanho da arena, e conseguir-se dar mais conforto a quem lá estiver e, ao mesmo tempo, ter-se-á de reforçar os meios mecânicos de aquecimento provisórios, nomeadamente através da utilização de canhões de ar quente, sendo que a Câmara Municipal já adquiriu dois, mas eventualmente ter-se-á de adquirir mais alguns. -----

Para terminar o Senhor Vereador Alexandre Lote sublinhou que as preocupações que a Senhora Vereadora Joaquina Domingues havia demonstrado não são apenas pessoais e da população, sendo que têm sido uma

preocupação constante do Município de Fornos de Algodres e, como tal, estão devidamente acauteladas e resolvidas. -----

A Senhora Vereadora Joaquina Domingues usou da palavra reiterando que as preocupações demonstradas nada têm a ver com uma ideia do PSD, mas sim com situações em que estava realmente muito frio e que, tanto a população como ela própria puderam constatar e, apesar de não ter estado no interior do edifício no verão, acredita que realmente possa existir uma refrigeração natural A Senhora Vereadora Joaquina Domingues sublinhou que apenas pretendeu manifestar a sua preocupação, sem ter nada a ver com um reporte do PSD, sendo que só o fez no sentido de o edifício poder vir a transmitir mais conforto a quem o utilizar e, como tal, não poderá aceitar as palavras do Senhor Presidente ao manifestar que o PSD apenas pretende criticar a obra em causa, ao que o Senhor Presidente respondeu que sabe perfeitamente distinguir o discurso da Senhora Vereadora Joaquina Domingues, do discurso dos colegas do Partido, pelo qual foi eleita, relativamente a alguns temas e, como tal, não pode esquecer nem deixar de fazer reporte a tudo o que tem vindo a ser dito e referido pelos Deputados do PSD nas Sessões de Assembleia Municipal, nomeadamente que a estrutura local do PSD foi contra a requalificação do Mercado Municipal, sendo que até se manifestou nas Redes Sociais. -----

O Senhor Presidente prosseguiu a sua intervenção e relativamente à estrutura local do PSD mais referiu que existe um discurso bipolar dentro da mesma, sendo que uns defendem determinadas coisas e outros defendem outras, nomeadamente, o Senhor Deputado Rui Furtado referiu em Sessão de Assembleia Municipal que a Câmara Municipal de Fornos de Algodres e o Executivo Camarário conseguiram alcançar uma melhor situação económica e financeira e por outro lado há elementos do PSD, com responsabilidades políticas, que publicam nas Redes Sociais que a Câmara Municipal de Fornos de Algodres se encontra numa situação financeira pior do que aquela em que se encontrava anteriormente e, neste contexto, o Senhor Presidente salientou que o PSD se devia decidir quanto às tomadas de posição porque ao agir desta forma, só estará a enganar os eleitores. Mais referiu o Senhor Presidente que também seria de bom tom que o PSD também se decidisse relativamente ao que pretende no que concerne à Serra da Esgalhada, uma vez que a única força política que se demonstrou coerente, desde 2013 até ao presente momento, relativamente à questão da Serra da Esgalhada, foi o CDS-PP, sendo que o PSD, desde 2013, apenas tem divagado sobre o que pretende relativamente à Serra da Esgalhada, assim como às duas empresas que lá se encontram e, já seria de bom tom que o PSD se manifestasse, de uma vez por todas, sobre o que é que pretende relativamente à participação que a Câmara Municipal tem nas duas empresas do Senhor Gumercindo, que se encontram na Serra da Esgalhada. -----

Ainda relativamente a esta temática o Senhor Presidente sublinhou também que o PSD não pode continuar a ter o mesmo discurso que usou na última Sessão de Assembleia Municipal e mais referiu que em 2013 o PSD negou que o negócio tinha sido feito e, à posteriori, veio-se a provar que efetivamente o negócio havia sido feito e, segundo se consta, nem os Vereadores do PSD tiveram conhecimento do mesmo, sendo que há pouco tempo tinha estado com um dos Vereadores do PSD, que na altura fazia parte do Executivo Camarário, que referiu que nunca tinha tido conhecimento do negócio que foi feito pelo ex-Presidente da Câmara Municipal de Fornos de Algodres. O Senhor Presidente prosseguiu a sua intervenção e informou ainda que a Câmara Municipal tem

participações sociais nas duas empresas, sendo que o sócio maioritário aumentou sucessivamente o capital social das mesmas e a participação do Município de Fornos de Algodres, é muito menor, mas, e caso se debrucem sobre o assunto, também poderão verificar que as “Terras Serranas” têm dívidas, sendo que essas dívidas também contam para o rácio da dívida da Câmara Municipal de Fornos de Algodres. Neste contexto o Senhor Presidente salientou que se está perante outro problema que foi criado pelo ex-Presidente da Câmara e, de uma vez por todas, o PSD deverá manifestar o que é que pretende relativamente à Serra da Esgalhada, dizendo se prefere que a Câmara Municipal continue no Processo de reversão, por forma a que o negócio que foi feito, possa de alguma forma, ser revertido, ou não. -----

Ainda relativamente a esta temática o Senhor Presidente referiu que é escusado utilizarem a narrativa que foi exposta na última Sessão de Assembleia Municipal em que foi mencionado que se deverá conversar com o Gerente e, neste contexto, mais informou que já teve várias conversas com o mesmo, sendo que ele apenas pretende ficar com tudo, sem que possa haver qualquer tipo de diálogo e, uma vez que não há qualquer possibilidade de diálogo, a Câmara Municipal de Fornos de Algodres, só tem de fazer o que tem vindo a fazer desde 2014, nomeadamente meter as várias ações em tribunal, no sentido de se reverter o Processo. O Senhor Presidente acrescentou ainda que quando se reportou à desonestidade intelectual foi no seguimento do Comunicado do PSD, do qual a Senhora Vereadora Joaquina Domingues não teve conhecimento, em que foi plasmado que o Município de Fornos de Algodres já tinha despendido um milhão de Euros nos Processos da Serra da Esgalhada e, neste contexto, ficou provado na Sessão de Assembleia Municipal que tal facto não corresponde à verdade, nem pouco mais ou menos, sendo que em Política não pode valer tudo e as “fake news” que estão tanto em voga na Europa e nos Estados Unidos da América, deverão ser abolidas. Para terminar o Senhor Presidente prosseguiu a sua intervenção e referiu que o Referido Comunicado só foi emitido no sentido de tentar branquear a conduta e a postura do ex-Presidente da Câmara Municipal. -----

No seguimento do explanado pelo Senhor Presidente, a Senhora Vereadora Joaquina Domingues usou da palavra e referiu que o PSD já há muito tempo definiu o que pretende relativamente às Terras Serranas e à Serra da Esgalhada, sendo que o Senhor Presidente já tem pleno conhecimento de tal facto e, todo o resto é política, e acrescentou ainda que todos os Fornenses, incluindo os do PSD, querem que de facto haja a reversão dos terrenos em causa e não entende como é que o Senhor Presidente ainda tem dúvidas acerca da posição do PSD relativamente ao assunto, o que só revela que tem pouco sentido de observação, ao que o Senhor Presidente retorquiu que, mediante a leitura do Comunicado emitido pelo PSD, facilmente se depreende qual é a posição de algumas pessoas do PSD. -----

A Senhora Vereadora Joaquina prosseguiu a sua intervenção informando que não concorda com a opinião do Senhor Presidente pois já tinha lido o referido Comunicado que o Senhor Presidente lhe tinha facultado, Comunicado esse que também já tinha visto nas Redes Sociais e não poderá fazer as mesmas interpretações, nem tirar as mesmas relações que foram apresentadas pelo Senhor Presidente -----

PERÍODO DA ORDEM DO DIA -----

1 -APROVAÇÃO DA ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DE 19 DE DEZEMBRO 2024 E DA ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE 26 DE DEZEMBRO DE 2024 -----

O Senhor Presidente, após leitura das atas propôs a sua aprovação. -----

A Senhora Vereadora Joaquina Domingues usou da palavra e no que concerne à ata inerente à reunião extraordinária de 19 de dezembro de 2024 referiu que gostaria de se pronunciar relativamente ao segundo ponto da Ordem de trabalhos, nomeadamente “Apreciação e Votação de Emissão de Declaração de Reconhecimento de Interesse Municipal para Projeto de Ampliação de um Armazém Agrícola”, sendo que o que vê retratado na mesma a leva a crer que de facto não foi compreensível, por parte dos presentes, o que havia considerado, nomeadamente que se tratava de algo que deveria ser retirado da Ordem de trabalhos da reunião em causa.-----

A Senhora Vereadora Joaquina Domingues prosseguiu a sua intervenção e informou que na ata em causa foram feitas interpretações e tiradas elações que não correspondem ao que foi explanado pela Senhora Vereadora Joaquina Domingues durante a reunião, nomeadamente na página 15 do documento, em que foi afirmado pelo Senhor Vereador Alexandre Lote (...”que colocar em causa a estrutura que já está implantada no local, à luz da Lei atual, sendo que a estrutura é tão antiga, é a mesma coisa que considerar que haveria várias casas no concelho de Fornos de Algodres que deveriam ser demolidas, o que, com todo o respeito, seria uma perfeita aberração.”), ao que o Senhor Vereador Alexandre Lote referiu como é que era possível a Senhora Vereadora Joaquina Domingues afirmar que não tinha referido semelhante tal, tendo a Senhora Vereadora Joaquina Domingues respondido convictamente que não foi isso que ela transmitiu e que, se não foi perceptível o que ela quis manifestar, iria passar a explicar detalhadamente por forma a que todos percebam o que pretendeu referir. -----

O Senhor Vereador Alexandre Lote usou da palavra e no seguimento da intervenção da Senhora Vereadora Joaquina Domingues informou que o que a Senhora Vereadora Joaquina Domingues poderia dizer é que não concorda com o que foi dito por ele, mas não poderá de todo pôr em causa o que foi dito, uma vez que é factual que foram precisamente essas as palavras que o Senhor Vereador Alexandre Lote utilizou, tendo a Senhora Vereadora Joaquina Domingues referido que admite que o Senhor Vereador Alexandre Lote utilizou tais palavras, mas não concorda de todo com elas, uma vez que nunca pôs em causa o PDM atual nem o que estava em vigor em 2013, quando a primeira construção foi feita e, para fundamentar tal afirmação salientou que, em 20213, tal como consta no documento que os promotores apresentaram, mais concretamente na justificação elaborada em outubro de 2024, foi emitida uma licença para que a construção fosse elaborada e se a mesma foi elaborada em 2013, com certeza que estava de acordo com o PDM de 2013, o que indica que o edifício estava perfeitamente regular, no entanto, mais referiu a Senhora Vereadora Joaquina Domingues que o que se verifica nos documentos apresentados, é que a Câmara propôs, na tentativa de colaborar com o promotor, que a parte já construída fosse regularizada -----

A Senhora Vereadora Joaquina Domingues prosseguiu a sua intervenção e sublinhou que em 2013 foi elaborada uma construção em que tudo estava perfeitamente regular, mas o que está patente nos documentos é que a referida parte afinal está irregular e, neste contexto questionou se é assim que a Câmara Municipal pretende ajudar o promotor, uma vez que não se está a ter em consideração o reconhecimento havido em 2013, em que tudo estava regular e, neste contexto, questionou se a parte em causa, estava ou não estava regular? Ou a Câmara Municipal está a observar a construção de 2013, de acordo com o PDM atual? É que se os Processos funcionassem assim, certamente que muitas das obras do concelho de Fornos de Algodres estariam ilegais e, neste contexto, acrescentou que nunca poderia ter referido que as construções antigas deveriam ser analisadas à luz do PDM atual nem da Carta de Ocupação dos Solos uma vez que, nesse caso, ter-se-ia muitas construções irregulares no Município de Fornos de Algodres. -----

Após a sua explanação, a Senhora Vereadora Joaquina Domingues reiterou e salientou que pensa exatamente o contrário, sendo que a parte que foi construída em 2013 estava perfeitamente regular e, se estava regular, não é de todo aceitável a incongruência que se verifica no documento de suporte do assunto em causa e, mais referiu que, se o documento não tivesse sido aprovado na Sessão da Assembleia Municipal, o promotor ficaria com uma construção, edificada em 2013, desconhecendo-se se na anterior ou atual governação, que anteriormente estava regular, mas passaria a estar irregular. -----

Neste contexto a Senhora Vereadora Joaquina Domingues questionou se essa seria a forma de a Câmara Municipal ajudar o promotor, que, segundo a sua opinião, com certeza não será. Posto isto mais sublinhou a Senhora Vereadora Joaquina Domingues que não foi ela que defendeu, nem pode o Senhor Vereador Alexandre Lote concluir que, mediante o que havia sido referido pela Senhora Vereadora Joaquina Domingues, se deveria demolir vários edifícios do Município de Fornos de Algodres, ao que o Senhor Vereador Alexandre Lote respondeu que, após a explanação da Senhora Vereadora Joaquina Domingues na presente reunião, já não poderá manter a mesma conclusão da reunião anterior, que se reporta à demolição dos vários edifícios e oportunamente, assim que a Senhora Vereadora Joaquina Domingues terminar a sua intervenção, já irá explicar o porquê. -----

A Senhora Vereadora Joaquina Domingues prosseguiu a sua intervenção e informou que gostaria de fazer referência a uma outra observação que o Senhor Vereador Alexandre Lote mandou registar em ata, ao que o Senhor Vereador Alexandre Lote retorquiu que nunca teve essa atitude e nunca mandou registar nada nas atas e, neste contexto, a Senhora Vereadora referiu que a reunião de 19 de dezembro evoluiu como tinha de evoluir, com vários pedidos de esclarecimento, análise e discussão, que são os trâmites normais das reuniões e mais acrescentou que se encontra plasmado na ata em causa, que a Senhora Vereadora Joaquina Domingues pôs em causa as declarações feitas pelo promotor, com o qual não poderá de todo concordar, uma vez que em momento algum pretendeu transmitir a ideia de que as mesmas estavam a ser postas em causa, pois quanto muito, aquilo que teve o cuidado de fazer foi de facto ter formulado uma questão porque lhe havia parecido que nenhum dos presentes, nomeadamente o Senhor Presidente, o Senhor Vereador Alexandre Lote e o Senhor Eng.º Paulo, tinham lido rigorosamente o que estava escrito no documento de suporte em causa. Neste contexto mais referiu a Senhora Vereadora Joaquina Domingues que na Memória Descritiva apresentada, elaborada em 2024, está citado

o seguinte: ...” **Adequação da Edificação à utilização pretendida:** trata-se de um armazém existente, tendo sido construído de acordo com o processo de Obras Nº 96/2013, com o presente projeto. A requerente pretende legalizar uma ampliação que, entretanto, realizou e ampliar o imóvel “ -----

Posto isto a Senhora Vereadora Joaquina Domingues questionou se afinal a ampliação do armazém foi realizada ilegalmente e se, por acaso, algum dos presentes tinha lido atentamente o documento em causa. Mais informou a Senhora Vereadora Joaquina Domingues que foram estas as razões concretas que a levaram a propor que se deveria encontrar uma solução, com base num documento bem estruturado, por forma a que se resolvesse a situação do promotor, sendo que o Senhor Vereador Alexandre Lote referiu que não entendia a maneira como a Senhora Vereadora Joaquina Domingues pretendia resolver a situação, uma vez que o seu parecer foi desfavorável. -----

O Senhor Presidente usou da palavra clarificando que não é o Senhor Vereador Alexandre Lote, que não é o Senhor Presidente da Câmara nem é a Senhora Vereadora Luísa Gomes que fazem as atas, sendo que foi nomeada uma Secretária para o efeito e ninguém tem a mínima interferência na elaboração das mesmas. Mais referiu o Senhor Presidente que as reuniões são gravadas e a Dra. Célia Candeias transpõe para as atas tudo o que efetivamente se passa no decorrer das mesmas e, como tal, a observação que a Senhora Vereadora Joaquina Domingues fez, em que alegou que foi o Senhor Vereador Alexandre Lote que fez ou mandou colocar na ata algo, não faz sentido algum e neste sentido reiterou que quem faz as atas é única e exclusivamente a Secretária das reuniões de Câmara. -----

No seguimento do explanado pelo Senhor Presidente, a senhora Vereadora Joaquina Domingues referiu que, se eventualmente utilizou exatamente os termos citados pelo Senhor Presidente, não era de todo a sua intenção e que apenas se pretendia referir ao que está plasmado na ata, na palavra do Senhor Vereador Alexandre Lote, ou seja, as elações tiradas e transcritas na ata, não correspondem em nada à sua intenção e só denota que não foi compreendida. Neste contexto a Senhora Vereadora Joaquina Domingues mais referiu que o promotor deverá ser informado com rigor das razões pelas quais as pessoas se manifestam a favor, ou contra -----

Ainda relativamente a esta temática, o Senhor Presidente usou da palavra referindo que gostaria de esclarecer que se está perante um Procedimento que foi submetido a aprovação em reunião de Câmara e à Sessão de Assembleia Municipal, sendo que a única informação que será dada ao promotor é se o documento foi, ou não, aprovado pelos vários Órgãos, sendo que não é prática do Senhor Presidente chamar os empresários e informá-los de quem foi o voto contra, ou o voto favorável. No entanto, mais acrescentou o Senhor Presidente que há algo que não se pode esconder, nomeadamente as atas, uma vez que são públicas e toda a população terá acesso ao sentido de voto da Senhora Vereadora Joaquina Domingues e que, inclusivamente, demonstrou a intenção de retirar o ponto em questão da Ordem de trabalhos, tal como se poderá verificar também que a Senhora Vereadora Joaquina Domingues votou contra a questão da Creche de Infias, mediante as suas fundamentações e, no entanto, o Senhor Presidente de Junta de Freguesia de Infias nunca foi chamado pelo Senhor Presidente a fim de lhe dar nota do voto contra da Senhora Vereadora Joaquina Domingues, sendo que, todos têm acesso às deliberações, através das atas e nunca pela informação do Senhor Presidente -----

Relativamente ao promotor em causa, o Senhor Presidente salientou que não tem qualquer tipo de relação com o mesmo, nem é amigo dele e até é muito raro encontrá-lo, tendo a Senhora Vereadora Joaquina Domingues respondido que, como Presidente da Câmara, deveria ser amigo de todos os Fornenses, ao que o Senhor Presidente respondeu que a Senhora Vereadora Joaquina Domingues tem um conceito de amizade muito diferente do dele, sendo que, como é óbvio, nutre alta estima por todos os Fornenses, mas não priva com todos eles na sua própria residência. Para concluir o Senhor Presidente reiterou que não informa ninguém, pessoalmente, das deliberações tomadas pelos Órgãos, tal como se verificava antigamente, sendo que é o Senhor Eng.º Paulo, como Chefe de Divisão, que notifica os requerentes, nos devidos termos e, neste contexto, a Senhora Vereadora Joaquina Domingues referiu que desconhecia a prática anterior e desconhece a atual, tendo o Senhor Presidente referido que a Senhora Vereadora Joaquina Domingues não poderá insinuar que se iria chamar o promotor e informá-lo pessoalmente de que a Senhora Vereadora Joaquina Domingues havia votado contra o assunto em causa, tendo a Senhora Vereadora Joaquina Domingues referido ainda que o Senhor Presidente é que o tinha feito na Sessão de Assembleia Municipal, ao que o Senhor Presidente respondeu que o havia feito, uma vez que foi questionado sobre o assunto em causa. -----

O Senhor Vereador Alexandre Lote usou da palavra e relativamente à ata em causa, nomeadamente às informações que se dão, ou não, aos empresários, referiu que, por coincidência, tinha estado com o empresário em Viseu, no dia 24 de dezembro de 2024, e nem sequer se abordou tal assunto. -----

O Senhor Vereador Alexandre Lote prosseguiu a sua intervenção e, relativamente ao explanado pela Senhora Vereadora Joaquina Domingues, referiu que lamenta, mas só fez a devida interpretação do que se passou de facto na reunião extraordinária de 19 de dezembro de 2024, e acrescentou também que se lembra perfeitamente da Senhora Vereadora Joaquina Domingues ter começado a sua intervenção questionando se a construção já existente, à luz do PDM atual, seria regular, tendo sido com base nessa questão concreta que o Senhor Vereador Alexandre Lote respondeu, tal como está transcrito em ata, que, como é óbvio, não se pode analisar e avaliar à luz do PDM atual, uma instalação tão antiga. -----

Mais acrescentou o Senhor Vereador Alexandre Lote que, para além disso, a Senhora Vereadora Joaquina Domingues até chegou inclusivamente a questionar o Senhor Eng.º Paulo sobre o número do licenciamento e Processo de obras, tendo a resposta do Senhor Vereador Alexandre Lote, tido por base, única e exclusivamente, as questões formuladas pela Senhora Vereadora Joaquina Domingues. -----

Neste contexto, o Senhor Vereador Alexandre Lote referiu que, se a Senhora Vereadora Joaquina Domingues, à posteriori, analisou o que referiu previamente e não se sentiu confortável, sentindo a necessidade de vir esclarecer tudo, uma vez que efetivamente não eram aquelas questões que queria ter colocado, não tem qualquer tipo de problema, no entanto, o que se passou na reunião em causa, foi o que está realmente transcrito em ata, no seguimento das questões formuladas pela Senhora Vereadora Joaquina Domingues. -----

No seguimento do explanado pelo Senhor Vereador Alexandre Lote, a Senhora Vereadora Joaquina Domingues informou que tinha de facto formulado as questões, mas apenas para chamar à atenção e levar à conclusão de

que o que está patente no documento de suporte do ponto da Ordem de trabalhos em causa, de facto não estava bem elaborado e, neste sentido, lamentou que não tenha sido compreendida. -----

No seguimento da intervenção da Senhora Vereadora Joaquina Domingues o Senhor Vereador Alexandre Lote referiu que não se trata de a Senhora Vereadora Joaquina Domingues não ter sido devidamente compreendida, uma vez que ele a compreendeu perfeitamente e respondeu em conformidade, no entanto, e, quando muito, a Senhora Vereadora Joaquina Domingues é que não fez compreender o intuito com que formulou as questões, até porque não o mencionou na reunião em causa, em momento algum. O Senhor Vereador Alexandre Lote mais acrescentou que se a Senhora Vereadora Joaquina Domingues tivesse tido esse intuito, nunca teria perguntado qual era o número do Processo de obras inerente à edificação existente e mais referiu que, perante a justificação apresentada pela Senhora Vereadora Joaquina Domingues, na presente reunião, depois de ter analisado a ata, a mesma só deverá assumir que de facto formulou mal as questões, questões essas que deram origem às respostas cabais do Senhor Vereador Alexandre Lote, rigorosamente transcritas em ata. -----

O Chefe de Divisão Técnica Municipal, Eng.º Paulo Santos, usou da palavra referindo que, contrariamente à intervenção da Senhora Vereadora Joaquina Domingues, em que mencionou que ninguém leu os documentos de suporte do ponto da Ordem de trabalhos em causa, poder-se-á verificar na pág. 16 da ata que “existe um pavilhão que está licenciado e existem dois espaços que o promotor está a legalizar”, sendo que a ilegalidade de dois espaços é claramente conhecida pelos Serviços Técnicos da Câmara Municipal de Fornos de Algodres e mais acrescentou que, caso os espaços em causa não pudessem ser legalizados, teriam de ser demolidos. -----

O Chefe de Divisão Técnica Municipal, Eng.º Paulo Santos, prosseguiu a sua intervenção e salientou ainda que os documentos em causa foram rigorosamente analisados pelos Serviços Técnicos da Câmara Municipal de Fornos de Algodres. -----

Para concluir o Senhor Vereador Alexandre Lote usou da palavra referindo que a Senhora Vereadora Joaquina Domingues alegou que propôs a retirada do ponto em causa da Ordem de trabalhos, sendo que a consequência que a referida retirada teria para o promotor, seria a impossibilidade de fazer o investimento pretendido, uma vez que se o assunto não fosse aprovado naquela data específica, não poderia ser submetido a aprovação na última Sessão de Assembleia Municipal de 2024, tendo que transitar para apreciação em Assembleia Municipal de 2025 e, conseqüentemente, ficaria completamente fora de prazo, a não ser que o mesmo incorresse em ilegalidade e que a situação não se pudesse de todo resolver. -----

O Senhor Vereador Alexandre Lote prosseguiu a sua intervenção e, relativamente à sua interpretação inerente às questões da Senhora Vereadora Joaquina Domingues, reiterou que as mesmas foram mal formuladas e devidamente esclarecidas na presente reunião e que, caso o ponto tivesse sido retirado da Ordem de trabalhos teria havido uma consequência grave para o investidor, mas felizmente não se optou por essa via, e a Declaração de Interesse Municipal foi, à posteriori, aprovada na Sessão de Assembleia Municipal, por unanimidade. -----

A Senhora Vereadora Joaquina Domingues usou da palavra referindo que não se iria alongar mais relativamente à análise do documento, que, na sua opinião, não está de facto correto nem bem elaborado e daí ter proposto a retirada do mesmo do Ordem de trabalhos e, neste contexto, mais referiu que também nunca foi demonstrada

disponibilidade para se proceder à correção e retificação do mesmo e voltar-se a apreciar, sendo que o documento poderia ir na mesma a apreciação na Sessão de Assembleia Municipal, mas nas devidas condições. Neste contexto mais referiu a Senhora Vereadora Joaquina Domingues que não é contra a ajuda ou a tentativa de resolução da situação do promotor, ao que o Senhor Vereador Alexandre Lote respondeu que há coisas que soam muito bem nas palavras, mas depois há que ser-se consequente com as tomadas de posição e, neste caso, se a Senhora Vereadora Joaquina Domingues não é contra, não deve votar contra, ao que a Senhora Vereadora Joaquina Domingues respondeu que nem se deveria ter votado, mas sim emitido um Parecer. -----

Relativamente à Ata da reunião Extraordinária de 19 de dezembro de 2024, a Senhora Vereadora Maria Luísa Dias Gomes e Cristina Maria campos Guerra ausentarem-se da votação em virtude de não terem estado presentes na mesma e a Câmara deliberou aprovar por maioria dos presentes, com o voto contra da Senhora Vereadora Maria Joaquina Santos Fernandes Domingues, conforme declaração de voto vencido. -----

----- Voto vencido -----

“Tendo em conta a ata, na qual não me revejo, venho manifestar total repúdio pela interpretação e julgamentos feitos. Em momento algum coloquei em causa o PDM Municipal e/ou as declarações prestadas pelo requerente, pois tinha conhecimento de que o pavilhão já há anos implementado, foi construído de acordo com o PDM e a Lei em vigor. Desconhecia, no entanto, que a nova Legislação, nomeadamente a Carta de Ocupação dos Solos, não permitia acrescentar o edifício já existente. Assim, as diferentes perguntas e esclarecimentos pedidos, decorreram do seguimento da reunião e apenas tiveram como finalidade o esclarecimento cabal e basearam-se em factos e informações fornecidas pelos Técnicos da Câmara. Não é verdade Senhor Presidente, que seja contra o reconhecimento de Interesse Municipal, no entanto, não voto favoravelmente documentos que, no meu entender, não estão bem elaborados e, se acatasse a minha proposta de retirar este ponto da Ordem de trabalhos e tivesse melhorado o documento, sabe bem, embora por opção política, não o queira reconhecer, que a minha análise seria favorável. -----

Várias vezes referi o acordo e o que esperava como vossa resposta é que de facto existia um compromisso escrito de apoio de manifestação de confiança ao promotor naquilo que ele mais pretendia que era a garantia da faixa de limpeza de 100M de largura, diminuindo assim a perigosidade de incêndios, mas afinal o que verifiquei foi que na primeira oportunidade o Senhor Presidente e o Senhor Vice-Presidente negaram existir qualquer acordo, não o assumiram por escrito, nem verbalmente. Grande operação de cosmética. Se a Câmara quer, e a meu entender deve, colaborar no sentido da resolução do problema deste empresário e de outros, devia ter passado a escrito essa garantia da limpeza dessa faixa, a fim de que a Comissão Municipal de Defesa da Floresta contra Incêndios, tivesse, aquando da análise desse Parecer, a garantia de que a perigosidade de incêndios diminuía, pela ação da faixa de limpeza dos tais 100M. -----

Como foi bem visível o PSD e a sua Vereadora estão em consonância na defesa dos interesses dos Empresários e não seria pela falta de apoio do PSD que a Declaração de Interesse Municipal não seria reconhecida. Temos

sempre duas opções de fazer as coisas: a certa ou a menos certa. A opção tem sido sempre a vossa e a minha resposta tem sido de acordo com a vossa opção, tendo como prioridade o cumprimento dos Normativos e a Legislação em vigor.” -----

O Senhor Presidente usou da palavra referindo que não se iria alongar mais relativamente ao assunto em causa e referiu que por vezes quando se erra, deve-se assumir e saber reconhecer o erro e não tentar contornar o que realmente foi dito na reunião de Câmara de 19 de dezembro de 2024, uma vez que quem irá ler as atas, com toda a certeza que não irá compreender essa tomada de posição, mas e como habitualmente se diz, é da vida! -----

Mais referiu o Senhor Presidente que é sua prática ler atentamente os documentos e nunca põe em causa o trabalho dos Técnicos da Câmara Municipal de Fornos de Algodres, sendo que o documento em causa estava devidamente apresentado, permitindo, sem qualquer problema, a possibilidade de se emitir o respetivo Parecer, tendo sido por isso que não o retirou da Ordem de trabalhos e, além do mais, tal como foi referido pelo Senhor Vereador Alexandre Lote era muito importante que o Projeto tivesse o devido reconhecimento em Assembleia Municipal, por forma a que a respetiva candidatura não fosse inviabilizada -----

O Senhor Presidente prosseguiu a sua intervenção e salientou que seria de bom tom e ficaria muito bem à Senhora Vereadora Joaquina saber assumir o erro da interpretação que fez, relativamente à última reunião, da mesma forma que o Senhor Presidente assume os erros da Câmara Municipal, quando é necessário, ao que a Senhora Vereadora Joaquina Domingues respondeu que não assume o erro, uma vez que a sua vontade foi bem clara e se baseava na pretensão de que o documento fosse realmente aprovado na Sessão de Assembleia Municipal, tal como foi e congratula-se por tal facto, mas, no entanto, e tal como já referiu anteriormente, não dá o seu voto favorável a documentos, que na sua opinião, não estão em conformidade. -----

Relativamente à Ata da reunião Ordinária de 26 de dezembro, a Câmara deliberou aprovar por unanimidade.

2 -PEDIDO DE CERTIDÃO DE COMPROPIEDADE – REGISTO INTERNO Nº 6405 -----

Pretende a requerente Eugénia de Almeida, Cabeça de Casal da herança de , com o número de identificação fiscal 741747146, constituição de compropriedade, em partes iguais, a favor de Heitor de Almeida, com o número de identificação fiscal 148703186 e de Maria de Jesus Almeida Diogo Furtado, com o número de identificação fiscal 113570805 do prédio rústico, com a área de 0,9990ha, sito em Portela, freguesia de Algodres, concelho de Fornos de Algodres, inscrito na matriz predial sob o artigo 1614. -----

De acordo com o estipulado nos números 1 e 2, do artigo 54º, da Lei n.º 91/95, de 2 de setembro, com a redação que lhe foi dada pela Lei nº 70/2015, de 16 de julho e posteriores alterações, nada tenho há a opor à emissão de parecer favorável da pretensão da requerente, propondo que o presente Parecer seja sujeito a apreciação e votação pelo Órgão Executivo. -----

O Chefe de Divisão Técnica Municipal, Eng.º Paulo Santos, usou da palavra referindo que se está perante um pedido de compropriedade de um prédio rústico, localizado em Portela, Freguesia de Algodres, em partes iguais, sendo que os Serviços nada têm a opor à emissão de um Parecer favorável. -----

A Câmara deliberou por unanimidade, dar parecer favorável -----

3 -PROPOSTA DE APROVAÇÃO DE ATA EM MINUTA -----

O Senhor Presidente, após leitura da minuta da ata, propôs a sua aprovação. -----

A Câmara deliberou aprovar por unanimidade. -----

Não havendo mais nada a tratar o Senhor Presidente da Câmara declarou encerrada a reunião, da qual nos termos do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, na sua atual redação, foi lavrada a presente ata que vai ser lida e assinada nos termos da lei. -----

O Presidente da Câmara

(António Manuel Pina Fonseca)

A Secretária

(Célia Maria Candeias Ferreira)

O Original encontra-se assinado
no Gabinete de Apoio à Presidência